



(Artigo publicado em: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, Buenos Aires. XXVII Congreso ALAS 2009 - Latinoamérica interrogada. Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, 2009. p. 1-10.)

Metrópole e classe: crítica ao conceito de segregação sócio-espacial

Eber Pires Marzulo

Professor PROPUR/UFRGS e da Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Coordena o Grupo de Pesquisa Identidade e Território/UFRGS-CNPq, Doutor em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ com estágio no IRIS/CNRS.

1. Introdução: classe e metrópole no século XXI

A segregação dos diferentes grupos sociais na cidade contemporânea aparece na literatura como fenômeno característico das grandes e médias cidades no final do século XX e início do século XXI, associado à crise da organização fordista da produção capitalista e desregulação do Estado, constituindo o fundamento empírico para a categoria descritiva segregação ser teoricamente tratada com capacidade heurística conceitual. No âmbito das investigações realizadas pelo Instituto do Milênio Observatório das Metrôpoles/CNPq (2006-2008), o presente estudo parte da análise de dados do IBGE (censo-2000), distribuídos espacialmente, sobre trabalho e renda na Região Metropolitana de Porto Alegre, Brasil, e estudo etnográfico em uma vila (favela) tradicional da cidade de

Porto Alegre, levando ao estabelecimento de nexos entre o modo de vida da classe popular, tomado o lócus da etnografia, em termos de sua temporalidade histórica, articulada ao domínio, através de práticas cotidianas, do espaço urbano-metropolitano. Espaço metropolitano que é construído se tendo como referência a descrição espacializada dos dados estatísticos da distribuição do trabalho e renda na metrópole de Porto Alegre.

Os nexos entre as práticas cotidianas, analisadas em termos do domínio do espaço e, logo, constituição de território, situadas temporalmente, isto é, dando aos domínios territoriais uma dimensão temporal, desde os relatos dos moradores das famílias mais antigas da vila (favela), permite uma historicização dos domínios espaciais da classe popular ao longo da segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI, associada a distribuição da renda e trabalho na região metropolitana de Porto Alegre atual. Tal construção analítica permite se aferir, simultaneamente, as características da formação da metrópole latino-americana do século XXI, em termos históricos e a capacidade heurística da noção de segregação sócio-espacial, tanto quanto a hipotética especificidade do fenômeno na contemporaneidade, particularmente para o caso da classe popular e seus territórios.

Se, em termos de método, o estudo propõe a possibilidade de articular a etnografia urbana às informações estatísticas de escala metropolitana simultaneamente ao encadeamento entre a história e a biografia de sujeitos sociais de classe popular, a fim de esboçar um desenho das condições de formação da metrópole contemporânea tendo como foco os pobres e seu espaço; em termos teóricos, questiona a literatura contemporânea que aborda a segregação espacial como categoria abstrata com capacidade heurística e, nesse sentido, atribuindo-o um estatuto de abstração conceitual capaz de desvendar a contemporaneidade do fenômeno da segregação espacial.

A crítica se fundamenta na compreensão que há, antes, a intensificação de uma dinâmica em sintonia com o processo histórico típico da sociedade de mercado: a segregação das classes e o afastamento dos sujeitos da classe popular do núcleo da ordem social estabelecida. Em suma, o estudo propõe a atualidade do conceito de classe para compreensão da expressão contemporânea da distribuição espacial da classe popular na metrópole da América Latina, a partir do estudo de caso da região metropolitana de Porto Alegre.

2. Distribuição dos pobres na Região Metropolitana de Porto Alegre: da metrópole à cidade

A Região Metropolitana de Porto Alegre¹ está definida legalmente e é esta territorialização que foi tomada aqui para fins do estudo. No interior da legislação federal brasileira, o estabelecimento das regiões metropolitanas é atribuição das Assembleias Legislativas, que são as câmaras de deputados dos estados - as unidades da federação. Assim, o fenômeno metropolitano nem sempre corresponde no Brasil a territorialização estabelecida legalmente.

No caso de Porto Alegre a maioria dos municípios que compõem a Região Metropolitana legal corresponde a uma escala metropolitana, no sentido da articulação e interdependência entre os municípios e sua contigüidade territorial. Dessa forma, no caso apresentado, existe uma grande aproximação entre a territorialização da metrópole constituída desde a legislação e o fenômeno metropolitano. Atualmente a RMPA é formada por 31 municípios e conforme a contagem de 2007 tem 3.959.810 habitantes².

No presente estudo, dada a fonte dos dados, se parte da análise da distribuição no território da RMPA das rendas e da empregabilidade. Essa construção, estritamente estrutural e econômica, será adiante articulada ao modo de vida dos mais pobres, rompendo-se, então, com uma abordagem estruturalista do conceito de classe.

A análise dos dados do Censo do IBGE de 2000³, espacializados pelo Observatório das Metrópoles, demonstra que a RMPA apresenta uma concentração da baixa renda e baixa empregabilidade concentrada nas fronteiras municipais, em especial a nordeste e leste da capital⁴, e no bairro Restinga, ao sul da cidade de Porto Alegre. No interior da cidade de Porto Alegre tem-se 2 grandes concentrações marcadas por essas características e que são tradicionais bairros populares, a saber: Cruzeiro e Bom Jesus.

Tomando-se as duas maiores áreas de concentração de baixa renda e baixa empregabilidade no espaço intra-urbano da cidade de Porto Alegre, a saber, os bairros Cruzeiro e Bom Jesus, constata-se que os índices mais altos de baixa empregabilidade e

¹ Para fins deste artigo de agora em diante apresentada como RMPA. A RMPA foi criada em 1973 pela Lei Complementar Federal no. 14 (ALONSO e BRINCO).

² Cf. ATLAS SOCIOECONOMICO RIO GRANDE DO SUL.

³ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão do Estado Nacional responsável pela produção de informações oficiais do País. O IBGE realiza censos demográficos a cada 10 anos.

⁴ A capital do estado do Rio Grande do Sul é Porto Alegre.

concentração de baixa renda estão no interior do bairro Bom Jesus, em particular na área onde está a chamada Vila Pinto.

Dessa forma, embora a concentração de baixa renda e baixa empregabilidade esteja nas fronteiras dos diferentes municípios, em especial naqueles localizados no sentido nordeste e leste, tendo-se como referência a cidade de Porto Alegre, núcleo da RMPA, encontra-se no interior do tecido da cidade, isto é, longe de suas fronteiras municipais, grandes concentrações de baixa renda e baixa empregabilidade.

A partir desta peculiaridade, no caso em relação à tendência na RMPA de localização dos mais pobres nas fronteiras municipais, e por se tratar de espaço intra-urbano do principal pólo da região e cidade mais rica em termos de PIB e renda per capita, se estabeleceu a Vila Pinto, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, como caso de estudo para aferir como ocorrem as relações entre territórios, desde seus moradores, com características de segregação no interior de uma região metropolitana. Importante salientar que o Bairro Bom Jesus, onde está localizada a Vila Pinto, é um dos bairros populares mais tradicionais e populosos da cidade de Porto Alegre e com grande longa história associativista.

3. Vila Pinto, Bom Jesus

O bairro Bom Jesus, em função de sua tradição de participação popular e associativismo, explicitada em participação significativa no Orçamento Participativo⁵, alcançou melhorias na infra-estrutura urbana nos últimos 20 anos, porém, mesmo estando situada em seu núcleo territorial, a Vila Pinto se apresenta associativamente desorganizada e com carências fundamentais de infra-estrutura urbana, não tendo sido contemplada com investimentos relevantes oriundos do OP, como aconteceu com grande parte do bairro. Isto apesar da existência de um centro de reciclagem, no interior do Centro de Estudos Ambientais (CEA), local encravado no centro da vila com sede para atividades culturais e de formação profissional para jovens junto ao galpão de reciclagem responsável por geração de renda, em especial para mulheres. O CEA foi a instituição de entrada para a pesquisa de campo com as famílias mais antigas da vila e é referência de trabalho de geração de renda, a partir da separação do lixo.

Para compreender as relações entre os territórios segregados, estabelecidos desde um ponto de vista estrutural, e a RMPA, além das informações coletadas, a partir da

⁵ Daqui em diante será tratado como OP.

manipulação dos dados do Censo de 2000 e sobre a distribuição dos recursos do OP na Vila Bom Jesus, foi realizado trabalho de campo⁶, através das técnicas de observação, etnografia urbana e entrevista não-diretiva com os moradores das famílias mais antigas da Vila Pinto. A atenção esteve concentrada, a partir dos contatos iniciais, sobre determinados aspectos capazes de apresentar informações significativas sobre a incidência do modo de vida na constituição das territorialidades e dos efeitos das territorialidades sobre o modo de vida.

De forma sumária, foram os seguintes aspectos que emergiram do trabalho de campo:

- a) escolha por morar naquele local;
- b) condições do lócus na época da chegada;
- c) dinâmica de ocupação e consolidação;
- d) origem familiar;
- e) relações familiares e fraternais no território;
- f) relações e locais de trabalho;
- g) acesso à alimentação e vestuário;
- h) relações monetárias ao longo da vida no lócus;
- i) motivações e destino dos deslocamentos para fora do bairro;
- j) justificativa da continuidade familiar no lócus;
- k) dinâmica no território e as relações extra-território pelas novas gerações;
- l) relação das famílias com a região metropolitana.

A pesquisa demonstrou que a quase totalidade das habitações localizadas na vila são ligadas as famílias mais antigas e responsáveis pela consolidação do lócus. As escolhas pelo local tem motivos variados, mas invariavelmente estavam associados à maior centralidade geográfica do local em relação à origem, e a capacidade de abrigar novas moradias para familiares, em função da disponibilidade de área. Sua formação, entre os anos 60 e 70, está associada a presença de operários que construíam a CEFER, loteamento popular localizado em área contígua à Vila Pinto, da Caixa Econômica Federal, construído nos anos 60/70. As condições, na época, eram as mesmas encontradas em outras favelas/vilas no Brasil, hoje consolidadas, oriundas dos anos 50/60/70, isto é: nenhuma infra-estrutura, incluindo dificuldades de acesso à água e luz, e construídas com sobra de material de construção e afins.

⁶ De agosto de 2007 à abril de 2008, com períodos de interrupção, devido a limites do pesquisador.

Em geral, são famílias oriundas do interior do estado que vieram diretamente ou que já tinham algum membro ou grupo familiar morando em local mais distante do centro em Porto Alegre e que após ocupar a área atrai outros familiares. No grupo investigado se detectou uma predominância de origem de cidades da fronteira oeste e de grupos ou indivíduos com passagem anterior por áreas mais distantes dos eixos estruturadores do espaço intra-urbano da cidade de Porto Alegre, antes da mudança para a vila. Em muitos casos a mudança se deu para moradias já existentes, através da locação, para em seguida construir os próprios barracos, normalmente uma ação desenvolvida pela família. As famílias mais antigas em geral chegaram com mais de um membro, em muitos casos irmãos e tiveram a formação ou desenvolvimento de suas famílias na vila, que se expande então por crescimento vegetativo, mas também pela absorção de novos parentes que se deslocam, normalmente das cidades de origem, para a vila em função da disponibilidade de área.

Os mais antigos moradores em geral foram funcionários públicos ou de empresas em trabalhos de pouca qualificação dada sua baixa, ou ausência, de escolaridade. No caso das mulheres, em sua quase totalidade eram domésticas. Hoje, esses membros da 1ª geração são responsáveis por parte do sustento monetário da família, através de suas aposentadorias. Em muitos casos suas esposas, as avós, seguem trabalhando como domésticas, no entanto agora como diaristas, enquanto filhos e filhas tendem a constituir famílias muito jovens e trabalharem informalmente no comércio ou construção civil. É notável o aumento da escolaridade da 2ª e 3ª gerações, em alguns casos chegando ao nível superior. Todavia, os casos de escolaridade superior na 2ª geração são raros e tratados como uma excepcionalidade pela própria comunidade e, nos casos encontrados, a chegada ao nível superior de escolaridade ocorre com as mulheres mais jovens (da 2ª geração).

A alimentação se apresenta formada pelo feijão e arroz e alguma parte de carne bovina usada junto ao feijão, além de referências a frutas e café. Entre os homens é comum a referência a cerveja ou a cachaça como eixo de encontro com amigos ou familiares.

Frutas e pão aparecem com força, porém verduras e legumes são pouco citados como fazendo parte da dieta. Os achocolatados e leite também são citados para o desjejum. Já o vestuário, na 1ª geração e mesmo na 2ª e 3ª gerações quando crianças tem como origem as famílias onde as mulheres da 1ª geração da família trabalham. Não encontra referência a compras, parecendo que para a 1ª geração o vestuário é algo inacessível através de sua movimentação monetária.

A movimentação monetária é diluída em diversas origens, seja as aposentadorias dos homens mais velhos, a renda do trabalho como diarista das mulheres e, eventualmente, as contribuições dos homens jovens através de seus trabalhos temporários no comércio, em serviços gerais, ou na construção civil. O acesso as finanças é inexistente, a não ser para a aquisição de utensílios domésticos em magazines populares, como o Ponto Frio.

Os mais velhos, que tiveram inserção no mundo do trabalho assalariado, demonstram um conhecimento razoavelmente extenso da área da cidade. As mulheres diaristas da 1ª geração tendem a estabelecer uma relação pontual da moradia para seus locais de trabalho e um breve domínio do deslocamento. No entanto, as gerações mais jovens apresentam um controle espacial pouco nítido, na medida em que seus trabalhos eventuais não chegam a estabelecer um domínio territorial consolidado e, também, porque seu grau de enraizamento no lócus é excessivamente intenso, fora os raros casos da 2ª geração que atingem o nível superior de escolaridade e constroem um controle territorial mais extenso entre o local de estudo, em geral em universidades na periferia da cidade ou em cidades vizinhas, e inserção no mundo do trabalho assalariado, em vários casos em cidades vizinhas. Fora esses casos, são praticamente inexistentes referências à escala metropolitana na vida cotidiana das famílias mais antigas desta vila porto-alegrense.

4. Segregação e classe na modernidade tardia

Em que pese a forte tendência em caracterizar as condições da sociedade contemporânea como tendo rompido com aspectos fundadores e constituintes da sociedade moderna, o presente estudo aponta para uma continuidade histórica de longa duração do processo de segregação espacial das famílias de classe popular, explicitado no estabelecimento de domínios territoriais restritos e periféricos ao longo do tempo.

Assim, parece não fazer sentido a construção analítica que trata a dinâmica da segregação sócio-espacial como particularidade explicativa da condição da sociedade contemporânea e que permite a definição de rupturas com os elementos estruturadores das sociedades modernas, em particular daquelas periféricas aos países onde historicamente o capitalismo e a sociedade de mercado se consolidaram com centralidade em relação ao sistema-mundo.

A heterodoxia do método aqui, ao associar uma abordagem estritamente estruturalista, com base em dados de renda e emprego espacializados, ao modo de vida, se ancorando na

abordagem estruturalista para definir um território de investigação, em sentido amplo, da cultura, e lá encontrando uma típica população com práticas classicamente características da classe popular, que no período de constituição deste território se apresentava como fração menos qualificada da classe trabalhadora urbana, aponta para a potencialidade de estudos de sociologia do território ao acionarem diferentes abordagens no estabelecimento de maneira mais precisa das peculiaridades e características da metrópole contemporânea, em termos das relações entre grupos sociais e espaço. O se encontrou aqui foi um esgarçamento das condições modernas ao longo de sua continuidade histórica, em termos das relações classe e território.

Esgarçamento, pois se a periferização histórica das famílias nunca esteve tão amenizada, dada a proximidade ao centro da metrópole em que se encontram no presente, nem seu acesso a infra-estrutura e equipamentos urbanos tão facilitados, por outro lado, seu horizonte de expectativa parece bastante diminuído, em relação a períodos históricos anteriores recentes. Famílias que há 4 décadas aproximadamente viviam nas periferias de pequenas cidades na longínqua fronteira oeste do Rio Grande do Sul, mais tarde alguns de seus membros se localizam em alguma periferia distante do centro da cidade de Porto Alegre, em seguida a chegada ao bairro e a formação da Vila Pinto, junto a loteamentos populares realizados pela Caixa Econômica Federal, em região na época ainda bastante distante do centro urbano da capital, até hoje, quando a cidade chegou até ao bairro e este ficou localizado em área pericentral cada vez mais valorizada e teve no entorno a Vila Pinto melhorias significativas através do OP, o que encontramos é, simultaneamente, um avanço em direção ao centro e um afastamento, na medida em que as possibilidades de inserção social parecem diminuídas.

Especialmente encontra-se movimentos de sentidos opostos, onde há uma força centrípeta amarrando os moradores cada vez mais ao seu território e, paralelamente, uma força centrífuga jogando outros para a periferia distante da metrópole.

No entanto, o que não parece se encontrar é uma ruptura no fio de continuidade que tece as relações dos pobres com seus territórios, mantendo-se assim um padrão histórico de enlaçamento entre família, comunidade e espaço na constituição de territórios como espaços de continuidade e manutenção mínima da cultura popular.

Para sua continuidade, o estudo aponta a necessidade do aprofundamento de investigações relacionando classe e território, em especial enfocando a tendência

contemporânea à segregação sócio-espacial manifesta na diminuição do controle espacial pelas diferentes classes das escalas do bairro, cidade e metrópole. Sugere-se, daí a necessidade de continuidade do tratamento do tema, a partir das seguintes pesquisas:

1. Estudo comparativo com outros territórios de pobres em outros pólos metropolitanos;
2. Investigação comparativa com moradores da classe média tradicional (*white collars*) e nova classe média (ligada aos setores da cultura, turismo, finanças ou alta tecnologia) de bairros típicos;
3. Investigação comparativa com moradores burgueses de bairros típicos;
4. Investigação destas mesmas classes de moradores de bairros tradicionais e também de moradores de vila (favela) pobre intra-urbana de outras cidades da região metropolitana, em especial de cidades vizinhas e de cidades que cumprem na região caráter de sub-pólos.

5. Referências Bibliográficas

ALONSO, José Fialho e BRINCO Ricardo. *Caracterização geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)*. <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/metropole/01.pdf>, acessado em 20/6/2009.

ARAUJO, F. G. B. e HAESBAERTH, R. *Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007.

ATLAS SOCIOECONOMICO RIO GRANDE DO SUL. <http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=298>, acessado em 20/06/2009.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. La prise en compte de l'“effet de territoire” Dans l'analyse des quartiers urbains. *Revue Française de Sociologie*, XXXVIII-1, 97-118 pp, 1997.

BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. (org) *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*, vol. I - artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUARTE, L.F.D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: CNPq, 1986.

ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HOGGART, R. *The uses of literacy*. Middlesex: Penguin Books, 1986.

MARZULO, E. P. *Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese de doutoramento; Rio de Janeiro; IPPUR-UFRJ, 2005.

_____. Da identidade social dos pobres que vivem em favelas. Existe o favelado? In: *Sociologia e Conhecimento – além das fronteiras*. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, 2003.

_____. Rede social familiar e os espaços urbanos dos pobres no Brasil: a favela do Pavão-Pavãozinho. In: *27o. Encontro Anual da A/POCS*. Caxambu, 2003.

_____. Rede social familiar e locação de imóveis: o caso da favela carioca. In: XXI Encontro – VI Congresso ARQUISUR: Salvador, 2002

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro; Campus, 2000.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

VALLADARES, Licia, Qu'est-ce qu'une favela? *Cahiers des Amériques Latines*, 34, 2000.

WACQUANT, L. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.